

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 3º e inciso I do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31 de março de 2023, até que sobrevenha regulamentação municipal.
1.4	<b>Período:</b>	SRP - 1 (um) ano
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº. 14.133/21;

**2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO;**

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
<b>01 PRINCIPAL</b>	353155	<b>AÇÚCAR REFINADO FINO</b> , de 1ª qualidade, especial, embalagem plástica de 1kg validade mínima de doze meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	KG	<b>11.250</b>
<b>02 RESERVADA</b>	353155	<b>AÇÚCAR REFINADO FINO</b> , de 1ª qualidade, especial, embalagem plástica de 1kg validade mínima de doze meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	KG	<b>3.750</b>

<b>03 PRINCIPAL</b>	445995	<b>LEITE INTEGRAL</b> , tipo longa vida, envasado em caixa tipo tetra pak de 1 l (litro) tratado termicamente pelo sistema UAT (Ultra Alta Temperatura), embalagem original do fabricante, com registro no ma-sif, estampada na embalagem, informações do fabricante e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem) - Validade mínima de 4 (quatro) meses a partir da entrega pelo fornecedor.	L	<b>18.750</b>
<b>04 RESERVADA</b>	445995	<b>LEITE INTEGRAL</b> , tipo longa vida, envasado em caixa tipo tetra pak de 1 l (litro) tratado termicamente pelo sistema UAT (Ultra Alta Temperatura), embalagem original do fabricante, com registro no ma-sif, estampada na embalagem, informações do fabricante e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem) - Validade mínima de 4 (quatro) meses a partir da entrega pelo fornecedor.	L	<b>6.250</b>
<b>05 PRINCIPAL</b>	446393	<b>MANTEIGA COMUM COM SAL</b> , de primeira qualidade, embalagem plástica original com 200 gramas, validade mínima de 60 dias a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	UN	<b>7.200</b>
<b>06 RESERVADA</b>	446393	<b>MANTEIGA COMUM COM SAL</b> , de primeira qualidade, embalagem plástica original com 200 gramas, validade mínima de 60 dias a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	UN	<b>2.400</b>
<b>07 EXCLUSIVA</b>	217132	<b>BISCOITO DOCE TIPO MAISENA</b> , acondicionado em embalagem original com 200g, contendo descrição das características do produto, isento de gorduras trans, validade mínima de (3) três meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	PCT	<b>14.600</b>
<b>08 EXCLUSIVA</b>	232930	<b>BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER</b> , acondicionado em embalagem original com 200g, contendo descrição das características do produto, isento de gorduras trans, validade mínima de (6) seis meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	PCT	<b>13.900</b>
<b>09 EXCLUSIVA</b>	332645	<b>SUCO DE CAJÚ</b> , líquido, concentrado, sem açúcar, embalagem plástica original, com no mínimo 500ml, validade mínima de (6) seis meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	UN	<b>8.700</b>

<b>10 EXCLUSIVA</b>	332642	<b>SUCO DE UVA</b> , líquido, concentrado, sem açúcar, embalagem plástica original, com no mínimo 500ml, validade mínima de (3) três meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem.	UN	<b>9.400</b>
-------------------------	--------	--	----	--------------

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 29 de setembro de 2022.

2.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 30.456/2023.

2.4 Por se tratar de contratação via Sistema de Registro de Preços, considera-se que o prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados a partir da publicação da ATA, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal 14.133/2021.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2 Tal aquisição se faz necessário para atender as demandas do Almocharifado Central que atende as Secretarias, Subprefeituras e Fundação D. João VI, no que diz respeito ao fornecimento de lanche aos servidores, durante as suas atividades laborais.

3.3 Os quantitativos foram baseados em consulta feita as Secretarias Municipais, através de Formulário próprio para a maioria dos itens e as últimas aquisições, sendo uma estimativa para suprir as demandas pelo período equivalente a 12 meses

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2 Para garantir a qualidade dos produtos que pretendemos adquirir, o fornecedor deverá garantir que os mesmos serão entregues de acordo com as marcas, dentro da proposta de preços apresentadas na licitação.

4.3 Não será admitida, em nenhuma hipótese, troca/substituição de marca do produto ofertado em licitação, ou seja, a Contratada deverá entregar o produto exatamente nas mesmas condições que fora ofertado. O não cumprimento desde subitem, permitirá por parte da CONTRATANTE, aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

4.4 O certame se dará via Pregão Eletrônico, com menor preço por item, por se tratar de itens de natureza divisível, em conformidade com a Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal 1942/2023.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 Os materiais devem ser entregues em embalagens originais, em bom estado de conservação, apresentando de forma clara e legível a marca e a descrição técnica.
- 5.2 Alguns itens, possuem prazo de validade, e os mesmos devem ser respeitados, o material deve ter no mínimo de 6 meses de validade, no ato da entrega
- 5.3 Os itens serão requisitados e entregues de acordo com as demandas e necessidades apresentadas pelo Almoxarifado Central.
- 5.4 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 6. DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 6.1 O fornecimento será efetuado de acordo com a demanda no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

**Nome do requisitante:**

**ALMOXARIFADO CENTRAL**

**Endereço:**

**Endereço: Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 - área A -  
Conselheiro Paulino - Nova Friburgo – RJ.**

**Horário de entrega:**

**Horário de entrega: de segunda à sexta-feira das  
09:00 horas às 14:00 horas.**

- 6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. Conforme planilha abaixo:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Fabiana Pereira Martins	63.017	Gestor titular
Luciana Brantes dos Santos Lima	100.286	Gestor Substituto
Nilton Leopoldino da Costa	000.691	Fiscal Titular
Luciano Satilio	199.192	Fiscal Substituto

7.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.12 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.13 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	<b>33.90.30-16</b> – Gêneros Alimentícios
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	<b>170400000017</b> - Royalties
5.1.3	<b>Programas de Trabalho:</b>	<b>08.002.04.122.00012.002</b> Manutenção dos Serviços Administrativos e Apoio à Execução dos Programas

8.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

**CNPJ: 28.606.630/0001-23**

**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP:  
28613-001.**

## 9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e 2493/2023 de 07 de novembro de 2023.

## 10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e o Decreto 2493/2023 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;



- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:



1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:  
11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)  
11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).  
11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)  
11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).  
11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

12.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo/RJ, 01 de Dezembro de 2023

**GESTOR:**

**APOIO TÉCNICO:**

Fabiana Pereira Martins

Luciana Brantes dos S. Lima

Matr.: 063.017

Matr.: 100.286

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística  
Matr.: 062.775